


AS RELAÇÕES DA BANALIDADE DO MAL E DO AUTORITARISMO COM A DISSEMINAÇÃO DE FAKE NEWS

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.339132410126>

Data de aceite: 18/12/2024

Geraldo de Melo Campos

THE RELATIONSHIP OF THE BANALITY OF EVIL AND AUTHORITARISM WITH THE DISSEMINATION OF FAKE NEWS

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo investigar as relações do atual fenômeno das *fake news* junto ao conceito arendtiano de “banalidade do mal”, no contexto da ascensão de discursos totalitários de extrema-direita no Brasil e no mundo. Busca-se, assim, compreender a natureza das *fake news* e, conseqüentemente, analisar de forma mais abrangente sua lógica de funcionamento dentre os indivíduos, bem como sua capacidade de sedução das massas que, hoje, participam ativamente na ação de perpetuar notícias falsas nocivas à sociedade, às democracias e, em última instância, às vidas humanas. Nesse sentido, identifica-se as *fake news* como um sintoma de uma causa social anterior, tornando-se um instrumento de conexão entre receptores e uma realidade inexistente.

PALAVRAS-CHAVE: Fake news; banalidade do mal; autoritarismo.

ABSTRACT: This article aims to investigate the relationship between the current phenomenon of fake news and Arendt's concept of the “banality of evil” in the context of the rise of far-right totalitarian discourses in Brazil and around the world. The aim is to understand the nature of fake news and, consequently, to analyze more comprehensively its logic of functioning among individuals, as well as its capacity to seduce the masses who, today, actively participate in the action of perpetuating false news that is harmful to society, democracies and, ultimately, human lives. In this sense, fake news is identified as a symptom of a previous social cause, becoming an instrument of connection between receivers and a non-existent reality.

KEYWORDS: Fake news; banality of evil; authoritarianism.

INTRODUÇÃO

O fenômeno das *fake news* tem recebido destaque dentro dos debates da área de Comunicação Social. As eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos da América foram um dos grandes sinais de alerta sobre o poder das notícias falsas em um mundo extremamente digitalizado, tendo como um nome central para isso o ex-assessor de Donald Trump, Steve Bannon (Uol, 2022). No Brasil, a prática também influenciou eleições para presidente, como as de 2018 entre Jair Messias Bolsonaro, então do Partido Social Liberal (PSL), e Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), ambos liderando as pesquisas de intenção de voto.

Mais tarde, em 2020, o mundo sofreu com os efeitos da pandemia de Covid-19 quando, em posse da presidência, Jair Bolsonaro espalhou diversas *fake news* sobre medicamentos ineficazes contra a doença e desincentivou a população a tomar a vacina. Por fim, nas eleições de 2022, novas *fake news* se disseminavam sobre fraudes no sistema eleitoral do país.

Na mesma velocidade em que as *fake news* circulavam por bolhas digitais e influenciavam a opinião pública, o mundo via a ascensão de diversos partidos de extrema-direita pelo globo, como do próprio Bolsonaro, no Brasil; Viktor Orban, na Hungria; Donald Trump, nos EUA; Javier Milei, na Argentina; Nayib Bukele, em El Salvador; Giorgia Meloni, na Itália; entre outros líderes.

Essa mistura de saudosismo reacionário e a proliferação do discurso autoritário personificada em novos ídolos, parece implicar as *fake news* como um instrumento da propaganda autoritária que se adaptou ao mundo digital. Não obstante, as formas de êxito desse movimento não se distanciam dos descritos por Hannah Arendt em *Origens do Totalitarismo*, e produzem uma lógica de “banalização do mal” ao fazer do receptor da mensagem um emissor no simples clique do compartilhar, produzindo implicações no comportamento social incoerentes com os fatos e nocivos a toda a sociedade principalmente no que se refere aos Direitos Humanos.

Assim, o presente artigo tem por objetivo analisar e discutir as relações entre as *fake news* e o autoritarismo à luz do conceito de “banalidade do mal” de Arendt, visto que o receptor, no mundo globalizado pela internet, se torna um disseminador de notícias falsas. Com isso, será possível dimensionar novas implicações sobre a natureza das *fake news* e as razões de se proliferar em escala massiva.

A CONSTRUÇÃO DO SIMULACRO AUTORITÁRIO

Para chegarmos ao entendimento de como e para que operam as *fake news*, é preciso observar em que contexto e circunstâncias elas tendem a se proliferar. Nesse sentido, o discurso autoritário traz em seu bojo a desconstrução da realidade como um elemento inerente à adesão popular. A exemplo disso, muitos autores buscaram definir as origens do totalitarismo e, dentre eles, destaca-se Hannah Arendt. Em *Origens do Totalitarismo* (Arendt, 2012, p. 487), a filósofa pontua que em momentos de decadência e crise social, e em que há uma atomização dos grupos sociais, as massas - entendidas por indivíduos espalhados e geralmente indiferentes aos assuntos políticos - tendem a ser atraídas pelos discursos autoritários centrados em um ídolo que, se apoiando no momento de crise, utiliza-se de uma propaganda que possa suplantar a realidade geradora de angústia. Nesse sentido, Erich Fromm (1965, p. 179 - 181) destaca motivos políticos, sociais e econômicos e seus efeitos psicológicos na sociedade alemã que favoreceram o florescimento do autoritarismo na primeira metade do século XX.

Esse seria um dos primeiros passos na produção de uma ficção, na qual as populações recorrem a vínculos simbólicos na busca por segurança como resposta às incertezas frente ao cenário real da sociedade no qual estão inseridos. Esse dado, por sua vez, só é possível a partir das propagandas autoritárias (Arendt, 2012, p. 488).

A propaganda totalitária pode-se permitir insultar o senso comum tirando-lhe o valor, pois sua força repousa sobre a capacidade de interditar às massas o real. E essa total separação da realidade, vivida pelas massas, só é possível porque elas creem, simultaneamente, em tudo e em nada, porque pensam que 'tudo é possível, e nada é verdadeiro'. O homem isolado na massa, privado do sentido real por causa desse isolamento, não tem mais a medida para julgar um discurso; no interior do movimento totalitário, as palavras do Chefe 'não podem ser desmentidas pela realidade' (Souki, 1998, p. 129).

Assim, a propaganda autoritária aponta os “culpados” dos desastres vividos, como se fosse a revelação de segredos ocultos dos quais a imprensa se negaria a investigar. No caso do nazismo, esses “responsáveis” foram os judeus, que fariam parte de uma conspiração mundial, sendo eles a encarnação do próprio “mal” (Arendt, 2012, p. 488). Ou seja, há uma racionalização dos processos irracionais que se colocam em curso, a fim de justificá-los e harmonizá-los frente à realidade (Fromm, 1965; p. 165). Para tanto, o partido nazista distorceu informações com objetivo de criar a própria ficção a ser propagada. Assim, o nazismo nada mais fez do que desenvolver um produto - em forma de ideologia - que era uma demanda na sociedade; uma resposta - independente de sua veracidade - que satisfazia as angústias sociais e individuais (Arendt, 2012, p. 489).

Para o psicanalista Contardo Calligaris, essa atração de massas ao discurso autoritário possui origens ainda mais fundamentais da formulação simbólica das funções que estruturam o sujeito. Segundo ele, o fenômeno está ligado aos conceitos freudianos de “ideal do eu” e “eu ideal”. De maneira resumida, o primeiro diz respeito ao superego, ao que a figura paterna espera do descendente. Uma pessoa de sucesso, médico, advogado, assim por diante. Em outras palavras, são as expectativas que as representações fálicas depositam em alguém, nos quais também habitam as censuras e as inibições (Calligaris, 2022, p. 214).

O “eu ideal”, por sua vez, é plenamente virtual e está relacionado à tentativa de ser o que falta ao olhar do “outro”, ou de ser o falo materno - um exemplo pode ser presenciado, inclusive, quando expectativas do “ideal do eu” são alcançadas, mas, por outro lado, as angústias do sujeito não findam com essas realizações. Essa instância diz respeito a uma funcionalidade instrumental, de complementação ao que está faltando, fazendo-se de objeto da realização do “outro”; ser o fetiche do “outro”. Assim, o desejo do sujeito e o desejo do outro tornam-se uma coisa só, em que o indivíduo primeiro se sacrifica, se despersonaliza, por meio do “outro” (Calligaris, 2022, p. 197 e 214).

Calligaris sintetiza:

O “eu ideal” é certamente o protótipo para qualquer busca visando à completude, o gozo ou apenas o prazer do *outro* (seja ele materno ou não, aliás). Os “ideais do eu”, em contrapartida, propõem uma referência para o direcionamento da vida, uma escolha de princípios que passam nos inspirar, mas nem por isso impor, uma identificação com o que pudesse preencher a suposta incompletude do *outro*. (Calligaris, 2022, p. 213).

No declínio social/moral, e por isso dos valores de uma sociedade, dos “ideais do eu”, o discurso autoritário fornece uma miragem (simulacro) como resposta que se encontra na instância de realização do “eu ideal”, ou seja, daquilo que falta. Esse simulacro lhe proporciona novas leis e parâmetros em troca de um “cosmos”, uma ordenação, um manual de como bem viver que, naturalmente, são próprios da figura fálica, mas que, neste caso, estão fora dos “ideais do eu”. Nele, o sujeito suspende toda a capacidade de julgamento moral, visto que os atos a serem executados pelos indivíduos correspondem a uma lei maior, ao manual de bem viver, que traz ordem e completude à sociedade. Nesse sentido, Calligaris entende que

A ilusão verdadeira consiste então em acreditar que se encontrou um pai que, em vez de nos lançar nos perigosos caminhos do ‘ideal do eu’ e da vida, nos fornece um conhecimento que será o nosso manual de instruções como instrumentos do gozo materno. A astúcia está na presença do manual de instruções que, sendo conhecido pelo sujeito, impede que ele se perca ao se oferecer, dando-lhe o domínio do próprio oferecimento (ele é instrumento do gozo de um *outro*, mas conhecendo o seu próprio uso) (Calligaris, 2022, p. 386).

Dessa organização se conclui que existe uma relação sadomasoquista, em que prevalece a instrumentalidade do indivíduo (a função masoquista) em prol da realização do protocolo estabelecido pelo grupo - protocolo este que se materializa nas leis de um Estado fascista ou de um líder autoritário, por exemplo. Com isso, Calligaris explica que é “possível que boa parte de nossa vida social se decida pelo prazer (...) de uma funcionalidade comum, de um serviço comum a um saber compartilhado”. Saber esse que, por sua vez, precisa ser indiferente ao seu próprio conteúdo, para que os participantes desse grupo não incorram em questioná-lo e, dessa forma, forcem os sujeitos a voltarem ao estágio inicial de angústia. Em outras palavras, é mister que o simulacro supere a realidade a todo instante (Calligaris, 2022, p. 397; 400 e 301).

Em *Estudos sobre a personalidade autoritária*, Theodor W. Adorno *et al.* elencam algumas qualidades da personalidade potencialmente autoritária que, ao nosso ver, tornam a banalidade do mal possível. Uma dessas características vem ao encontro da ideia de conservação do simulacro (dentre outras que não cabe agora elencar), como a anti-intracção. Tal aspecto consiste na recusa da própria subjetividade, do julgamento moral, em uma inconsciência de si que leva a uma desvalorização do humano, ou seja, uma despersonalização do “eu” e do “outro” (Adorno, 2019; p. 147 e 148).

É evidente, pois, que o discurso e a comunicação totalitária operam em estruturas muito íntimas do sujeito. Se partirmos da ideia de que o uso de si articula uma zona de não conhecimento constituinte da subjetividade ou, no cenário em questão, daquilo que falta e constitui o “eu”, o simulacro totalitário parece atuar exatamente nessa instância, demonstrando que a causa instrumental daquilo que constitui o indivíduo pode solapar a causa primária. Em outras palavras, a aplicação dos valores que formam o sujeito se torna indiferente à essência desses mesmos valores. O valor - como liberdade; muito característico do discurso totalitário - passa a tomar sentido em função de sua aplicação, e não por sua qualidade primeira (Agamen, 2020; p. 87 e 97). Tal aplicação, todavia, é sempre a manutenção do próprio simulacro.

Ora, se a autonomia pressupõe uma articulação do “eu” em um espaço de falta, da ausência, haverá disputas ao nível simbólico pelo domínio das intimidades de cada indivíduo isolado nas massas (Agamen, 2022, p. 117). Porém, uma vez criada a relação de domínio, o sujeito reproduz a gramática e as ideias constituintes do simulacro, livrando-se de seu próprio julgamento moral e reproduzindo ideias e julgamentos de outrem como se fossem dele próprio (Fromm, 1965; p. 162).

Nesse sentido, Nádia Souki, no livro *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*, analisa aspectos do conceito arendtiano traçando como um aspecto essencial a ideia de “vazio de pensamento” como uma das características fundamentais da “banalidade do mal” que, à frente, nos fará chegar ao fenômeno da disseminação de *fake news*.

Ao citar Arendt, a autora defende que, para se manterem vivos, os discursos autoritários teriam de estar sempre em movimento (ideologia do movimento). Para tanto, a negação ao pensamento - assim como a anti-intracção adorniana - é ponto chave para entender a perpetuação do discurso reacionário, pois o pensamento pressupõe a interrupção àquilo que Eichmann disse estar “sempre em um estado de fluxo contínuo, de corrente constante”, fazendo referência à máquina burocrática do Terceiro Reich (Arendt, 1999; p. 168). Por isso, Souki destaca que “esse fluxo contínuo, que interdita qualquer parada, qualquer pensamento, tem como objetivo, exatamente, o automatismo em que os homens deixam de interrogar para prontamente obedecer” (Souki, 1998, p. 131).

Assim, a banalidade do mal está atrelada à fuga da realidade e da autonomia do sujeito em prol de um simulacro que estabeleça ordem e satisfaça as angústias do “eu ideal”, no qual o indivíduo se despersonaliza e se desresponsabiliza dos atos. Uma negação à liberdade e à autonomia, que se dá por meio da construção de ídolos provedores, arquétipos e figuras arquetípicas, que se manifestam a nível simbólico para constituir a ficção.

Nesse ponto, a banalização parece ir para além da banalização do mal; ela é sistemática. A despersonalização parece produzir uma banalização em um sentido ontológico e existencial, que levaria os indivíduos - dos mais comuns e “normais” - a produzirem atos condenáveis em massa. Nesse sentido e no contexto de mídias digitais, reproduzir os valores autoritários parece implicar em, inevitavelmente, espalhar desinformação que, por sua vez, geram efeitos incalculáveis.

FAKE NEWS E AS MÍDIAS DIGITAIS

Para se avançar na discussão, faz-se necessário delimitar o que se entende por *fake news*. Doravante, usaremos a definição utilizada por Raquel Recuero e Anatolij Gruzd, que elencam três elementos básicos do fenômeno, sendo eles:

(1) o componente de uso da narrativa jornalística e dos componentes noticiosos; (2) o componente da falsidade total ou parcial da narrativa e; (3) a intencionalidade de enganar ou criar falsas percepções através da propagação dessas informações na mídia social. A circulação de notícias falsas, deste modo, atua diretamente na produção de desinformação, de modo particular, na internet, embora não seja o único ambiente usado para isso (Recuero; Gruzd, 2018, p. 33).

Além dessa delimitação, outros dois conceitos são cruciais de serem elencados para o entendimento dos elementos que favorecem a criação e conservação do simulacro que, cada vez mais, inscrito nos meios digitais, se aproxima ao que costuma-se chamar de bolhas digitais. Dentre elas, a ideia de cascata de informação, que consiste na “reprodução de informações baseadas na compreensão do comportamento dos atores anteriores como verdadeiro pelos posteriores, mesmo que estes não tenham como saber” (Recuero; Gruzd, 2018, p. 34). E o segundo, o de homofilia, usado para descrever a tendência que uma determinada informação - seja ela verídica ou não - tem de circular por grupos de pensamentos, partidos e comportamentos análogos (Recuero; Gruzd, 2018, p. 34). Ambas características parecem atuar no sentido de conservar a “ideologia do movimento”, impedindo paradas ao pensamento.

Ao mesmo tempo, as mídias digitais operam na direção de alimentar as bolhas digitais. Durante a pandemia de Covid-19, um estudo de Recuero, Soares e Zago (2021, p. 9) verificou que grupos ligados ao discurso de extrema-direita compartilhavam informações falsas sobre a eficácia de hidroxicloroquina para o combate da doença. Nesses grupos, era quase ausente informações que desmentissem as *fake news* pelo ‘X’ (antigo Twitter), bem como a circulação de fontes jornalísticas tradicionais. A mostra do estudo evidenciou ainda que os grupos de desinformações possuem uma maior atividade, concentrando 41 mil nós e 68 mil conexões únicas, enquanto os grupos com informações verídicas tiveram 26 mil nós com 38 mil conexões únicas (números arredondados pelo autor) (Recuero; Soares; Zago, 2021, p. 10).

Nesse sentido, não é completamente equivocado afirmar que as “*fake news* não são uma mentira. Elas atacam a própria facticidade” (Han p. 85, 2022). No entanto, elas também podem partir de premissas reais, mas estabelecer relações causais que não existam; processo conhecido também pelo conceito de falácia lógica. Assim, o simulacro autoritário, por meio da comunicação, adapta o real à sua necessidade de percepção, fazendo-o em forma de *fake news*, ao mesmo tempo que produz e mantém essa percepção do mundo em suas bolhas.

Sobre as mídias digitais que, por sua virtualidade, amortizam o contato com o real, Han destaca que

A ordem digital abole a solidez do factual em geral, sim, a solidez do ser, ao totalizar da produtividade. Na produtividade total não há nada que não possa ser revertido ou desfeito. A digitalização, ou seja, o mundo informatizado, não é nada sólido ou tenaz. Ao contrário, é moldável e manipulável à vontade. A digitalização é oposta diametralmente da facticidade. A digitalização enfraquece a consciência factual, a consciência da realidade (Han, p. 93-94; 2022).

A partir disso, é possível afirmar que as *fake news* atuam como um instrumento de manutenção que protege o simulacro das transformações da vida real, mantendo seu fluxo contínuo entre os diversos grupos digitais de alinhamento ideológico.

Afirma-se, portanto, que para tais grupos a percepção confunde-se com a essência, sendo assim: *esse est percipi*. O fato deixa de existir como coisa autônoma, e passa a ser produzido como *fake news* que, por sua vez, é a principal lente de percepção entre o “eu” e o “outro”. É o pressuposto de que “nenhuma ideia, seja fraca, seja forte, pode existir de outro modo a não ser numa mente que perceba” (Berkeley, 2010 p. 78.) e, com isso, a negação expressa do mundo material em prol da busca por uma consciência totalizante, livre de conflitos, dúvidas e incertezas.

A BANALIDADE DO MAL ENTRE “CIDADÃOS DE BEM”

Para demonstrar a relação entre banalidade do mal e *fake news*, bem como sua capacidade de atrair grandes grupos, podemos partir do caso do julgamento do nazista Adolf Eichmann. Ao descrevê-lo, fica evidente no texto de Hannah Arendt que não existia um prazer de natureza sádica na função que Eichmann exercia no Terceiro Reich. Pelo contrário, era uma questão de disciplina - ou mesmo masoquista. Ao mesmo tempo, a descrição psicológica do acusado era a de “um homem de ideias muito positivas”, e com um comportamento em relação aos familiares, esposa e filhos “não apenas normal, mas inteiramente desejável” (Arendt, 1999; p. 37).

No julgamento em Jerusalém, Eichmann coloca-se na posição de um simples cidadão cumpridor das leis de seu Estado, encarnado na figura fálica de Adolf Hitler, por quem nutria uma grande admiração (Arendt, 1999; p. 152 e 166). Durante seu processo, chegou a citar Kant, ao dizer que se norteava pela máxima do imperativo categórico: “(...) minha vontade deve ser sempre tal que possa se transformar no princípio de leis gerais” (Arendt, 1999; p. 153). Acontece que, neste caso, o representante das leis gerais era Hitler.

Com a derrota da Alemanha, em maio de 1945, Eichmann admitiu que uma de suas aflições foi perceber que teria de

viver uma vida individual e sem liderança, não receberia diretivas de ninguém, nenhuma ordem, nem comandos me seriam dados, não haveria mais nenhum regulamento pertinente para consultar - em resumo, havia diante de mim uma vida desconhecida (Arendt, 1999; p. 43 - 44).

Essa citação reforça a ideia de que o simulacro autoritário tem potencial de atrair grandes massas de pessoas ditas comuns ou “de bem”, sobretudo, porque fornece ao sujeito um cosmos, uma realidade livre de imprevisibilidades e, por isso, justifica-se à sujeição e à servidão voluntária de natureza masoquista. “A condição básica para que isso aconteça é que a sensação de pertencer solidariamente a um grupo seja servida como remédio contra as dores e as dúvidas que habitam a solidão do indivíduo” (Calligaris, 2008, p. 65 e 66).

Ou seja, a figura fálica que oferece uma vida a ser vivida, bem definida, na qual valores orbitam o ídolo, como “Deus, Pátria, Família”, bem como “Brasil acima de tudo”, usado anteriormente pelo Terceiro Reich como “Alemanha acima de tudo” (Schossler, 2018), não é mera coincidência no que diz respeito à constituição de vínculos que suportem o simulacro.

Para elucidar como o simulacro tem atuado no atual contexto e junto à banalidade do mal, recorremos aos exemplos ocorridos durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. Caminhando na direção contrária aos estudos científicos para a proteção da população à disseminação do vírus, em dezembro de 2020, o então presidente Jair Messias Bolsonaro, colocando-se contra a política sanitária de *lockdown*, afirmou: “Não deixe que o pânico nos domine. Nossa liberdade não tem preço, ela vale mais que a nossa própria vida” (Correio Braziliense, 2020). Esta narrativa ressalta a ideia proposta anteriormente de que o conteúdo de um valor (no caso liberdade) na égide autoritária possui outra significação se comparado a sua aplicação real, e destaca a característica masoquista ao trazer o elemento do sacrifício em seu discurso.

Em paralelo, várias notícias falsas foram espalhadas a respeito do patógeno, inclusive a da que, devido ao uso da hidroxiquina, comum no combate a malária, mas ineficaz contra a Covid (Mattos, 2020, p. 471), o ex-presidente teria testado negativo para Covid-19 (Jornal da Cidade, 2020). Cabe lembrar que, à época, o próprio Ministério da Saúde passou a indicar o medicamento para tratar a enfermidade e negou a efetividade das vacinas. (Ferreira; Gullino, 2022).

Pouco antes, em abril do mesmo ano, Bolsonaro havia dado uma declaração polêmica a um repórter quando questionado sobre os mais de 5 mil mortos pelo vírus no Brasil até a respectiva data. “A gente ultrapassou o número de mortos na China por Covid - 19”, contestou o repórter. Bolsonaro respondeu: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre. Vocês me viram rastejando aqui, com coriza? Eu não tive [o vírus]”, finalizou (Nóbrega, 2020).

Os exemplos ajudam a demonstrar que mesmo com a postura desumanizada e desumanizante do ex-presidente, somado às negações para contenção da doença, seu eleitorado de milhões manteve-se coeso. Nesse sentido, uma pesquisa publicada no Caderno de Saúde Pública, demonstrou que a lealdade ao então presidente não foi afetada mesmo com as ingerências durante a pandemia, sendo que os municípios que apresentaram excesso de mortes durante os picos da doença mantiveram voto majoritário no candidato do Partido Liberal (PL) nas eleições de 2022 (Lima *et al.* 2024, p. 12.). Isso ajuda a caracterizar que, aparentemente, o simulacro não foi afetado, resultando em 58,2 milhões de votos no segundo turno do pleito (TSE, 2022).

Esse dado vem ao encontro da tese de que a percepção dos eleitores extremistas a respeito do mundo não se modifica. As *fake news* atuam como lentes para a vida real que, dispostas nos algoritmos das mídias digitais, operam de forma a conservar estruturas de interesse ideológico do usuário a nível de grupo - como observado nos estudos de Recuero. Por isso, as reproduções simbólicas - e a produção de sentido - do mundo haverão de qualificar o simulacro como verdade.

Dessa forma, não importa se um regime extermina pessoas (direta e sistematicamente como o nazista) ou se ele contribui para agravar e/ou gerar calamidades sociais, porque, para o indivíduo subserviente, o custo existencial de abrir mão da ficção parece ser maior do que o custo real à sociedade e, estando uma vez imerso no simulacro, a percepção da realidade está intimamente comprometida. Seu saber não conhece a si próprio, ou seja, é indiferente ao seu conteúdo (Calligaris, 2022, p. 301), que visa somente a permanência e perpetuação da ficção.

Por isso, os aspectos elencados ajudam a entender como milhões de pessoas, muitas delas podendo ser classificadas como “de bem” - assim como as avaliações psicológicas classificavam Eichmann -, acabam por aderir a uma ideologia nociva à sociedade, à democracia e, em última instância, aos valores mais universais da dignidade humana. Não obstante, a mediação das *fake news* com a realidade precisa ser constante para que o simulacro não seja interrompido e para que os indivíduos mantenham-se subservientes. Afinal, caso os fatos passem a convencer os integrantes do simulacro de que vive-se em uma ficção, o indivíduo implica-se em seus atos e tende a se responsabilizar, por exemplo, pelo compartilhamento de informações falsas sobre a Covid-19 favorecendo a contaminação de milhares de pessoas (Caldas, 2021).

Sobre isso, Calligaris lembra que estar mergulhado na irrealidade não constitui uma desresponsabilização no sentido análogo ao jurídico. No entanto, “há também a responsabilidade de quem cria as condições para que outros se percam na estupidez do grupo” (2008, p. 66 e 67). Em outras palavras, há a responsabilidade daquele que suspende seu juízo moral em função de sustentar o discurso do grupo, bem como há a responsabilidade daquele que emitiu, primariamente, tal discurso.

CONCLUSÃO

Após as revisões deste estudo, parece claro que as *fake news* não são um fenômeno inédito e particular do que se popularizou chamar de era da “pós-verdade”. Ela sempre atuou nos discursos totalitários estabelecendo relação de dominação e exploração entre sujeitos. A novidade é que as formas de reprodução desses discursos se sofisticaram na proporção em que os meios de comunicação em massa também avançaram.

No entanto, de forma geral, ela opera da mesma forma que no século XX, como instrumento de propaganda e de criação e manutenção de um simulacro que afasta os indivíduos da realidade existente em prol de interesses estranhos. Dessa forma, ela não possui uma constituição *per se*, não é causa dos movimentos de extrema-direita que assolam as democracias mundiais, mas é, sim, um sintoma de uma sociedade que carece de outras prerrogativas e seguranças sociais, políticas, econômicas e, por consequência, psicológicas.

Por isso, defende-se que a atração das massas a esses discursos se dá pela fragmentação ou atomização social, isolamento e sentimento de angústia do sujeito frente a contextos de crise, sobretudo social e econômica que, inevitavelmente, possuem implicações psicológicas, e que ressaltam ainda mais aflições que são inerentes à condição humana.

Portanto, as *fake news* não são um objeto em si, e sim um “instrumento-para”. Tampouco seria correto afirmar que o niilismo, em seu *stricto sensu*, seja um fator característico da sociedade contemporânea, pois as *fake news*, como sintoma, atuam exatamente na produção de sentido - se esse sentido é alheio à realidade ou não, imanente à vida ou transcendental a ela, pouco difere àquele que pertence ao simulacro e se utiliza da desinformação para reafirmar suas ficções.

Nesse aspecto, o simulacro trata-se de um mundo ficcional puro para pessoas puras, *pura mundum pro pura populo*, onde incertezas, ou, em termos psicanalíticos, a castração, é superada. Doravante, as *fake news* têm a função de fazer a manutenção desse mundo - mantê-lo intacto - aos desdobramentos da realidade, de forma a proteger seus integrantes das “armadilhas” do mundo real, com implicações ontológicas capazes de atingir até mesmo aqueles que, aparentemente, não representam nenhum tipo de ameaça à sociedade. Discordamos, pois, da célebre frase de Joseph Goebbels de que “uma mentira dita mil vezes torna-se verdade”, para concordar com Guy Debord (1997, p. 72) ao alertar que “a mentira que não é desmentida torna-se loucura”.

REFERÊNCIAS

ADORNO. Theodor W., et al. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. *O Uso dos Corpos*. São Paulo: Boitempo, 2017.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CALLIGARIS, Contardo. *O Grupo e o Mal: Estudo sobre a perversão social*. São Paulo: Editora Fósforo, 2022.

CALLIGARIS, Contardo. *Quinta-Coluna*. São Paulo: Publifolha, 2008.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FIOROTTO DE MATTOS, Arthur. *Cloroquina e Hidroxicloroquina: Seus Efeitos no Tratamento da COVID-19*. *Ensaios e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde, [S. l.]*, v. 25, n. 4, p. 468–472, 2021. Disponível em: <https://ensaioseciencia.pgsscogna.com.br/ensaioseciencia/article/view/8447>. Acesso em: 4 jun. 2024.

FROMM, Erich. *O medo à liberdade*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

GEORGE, Berkeley. *Obras Filosóficas*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

HAN, Byung-Chul. *Infocracia: Digitalização e a Crise Democrática*. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

LIMA, EEC; COSTA, LCC; SOUZA, RF; ROCHA, COE; ICHIHARA, MYT. *Presidential election results in 2018-2022 and its association with excess mortality during the 2020-2021 COVID-19 pandemic in Brazilian municipalities*. *Cadernos de Saúde Pública* 2024; 40(5):e00194723. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/8609>. Acesso em: 4 jun. 2024.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; ZAGO, Gabriela. *Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a Desinformação sobre COVID-19 no Twitter*. *Contracampo*, Niterói, v. 40, n. 1, p. XXX-YYY, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/45611>. Acesso em: 3 mai. 2024.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. *Cascata de Fake News Política: um estudo de caso no Twitter*. *Galaxy*, São Paulo, n. 41, p. 31-47, mai/ago, 2019. . <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019239035>. Acesso em: 3 mai. 2024.

SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*. Belo Horizonte - MG: Editora UFMG, 1998.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultado das Eleições*. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>. Acesso em: 19 abr. 2024.

REPORTAGENS

CALDAS, Ana Carolina. *'Pandemia de fake news' dificulta combate ao coronavírus no Brasil, alertam especialistas*. Brasil de Fato. 30 de out. 2021. Saúde. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/30/pandemia-de-fake-news-dificulta-combate-ao-coronavirus-no-brasil-alertam-especialistas>. Acesso em: 7 mar. 2024

Com uso de cloroquina, Bolsonaro testa negativo para Covid-19. Jornal da Cidade. 25 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/21974/com-uso-da-cloroquina-bolsonaro-testa-negativo-para-covid-19>. Acesso em: 7 mar. 2024

Bolsonaro: 'Nossa liberdade não tem preço, ela vale mais que a própria vida'. Correio Braziliense. 12 de dez. de 2020. Política. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/12/4894598-bolsonaro-nossa-liberdade-nao-tem-preco-ela-vale-mais-que-a-propria-vida.html>. Acesso em: 7 mar. 2024.

Ex-assessor de Trump e 'oráculo' da família Bolsonaro: quem é Steve Bannon. Uol. 21 de out. de 2022. Internacional. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/10/21/quem-e-steve-bannon.htm>. Acesso em: 15 fev. 2024.

FERREIRA, Paula; GULLINO, Daniel. *Em nota técnica, secretário do Ministério da Saúde diz que vacina não tem efetividade, mas hidroxicloroquina tem*. O Globo. 22 de jan. de 2022. Saúde. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/em-nota-tecnica-secretario-do-ministerio-saude-diz-que-vacina-nao-tem-efetividade-mas-hidroxicloroquina-tem-1-25364175>. Acesso em: 7 mar. 2024.

NÓBREGA, Ighor. *Bolsonaro sobre mortes por covid-19: E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?*. Poder 360. 28 de abr. de 2020. Governo. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-sobre-mortes-por-covid-19-e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que/>. Acesso em: 7 mar. 2024.

SCHOSSLER, Alexandre. *"Alemanha acima de tudo", um verso e um passado sombrio*. DW Brasil. 23 de out. 2018. História. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/alemanha-acima-de-tudo-um-verso-e-um-passado-sombrio/a-46002358>. Acesso em: 16 mai. 2024.